

# CARGO: TÉCNICO EM CONTABILIDADE

## PERÍODO MANHÃ

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2018 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM ALEGRE.

**Atenção: Leia todas as instruções constantes no seu Caderno de Questões e Folha de Respostas.**

1. Seu caderno deve conter 30 (trinta) questões, com 04 (quatro) alternativas, assim dispostas:

Disciplina	Composição
Língua Portuguesa	1 a 5
Informática Básica	6 a 10
Conhecimentos Gerais	11 a 15
Conhecimentos Específicos	16 a 30

2. A Prova terá duração de 3h (três horas), incluindo preenchimento da Folha de Respostas.
3. Após sua identificação, você deverá permanecer dentro da sala, sendo permitida a saída somente acompanhado de um fiscal e após 30min (trinta minutos) do início da prova. Para uso do sanitário, deverá solicitar ao Fiscal de Sala e só deverá se levantar após autorização.
4. O candidato só poderá sair da sala em definitivo após 1h (uma hora) do início da prova.
5. Ao deixar a sala definitivamente, não poderá utilizar o sanitário dos candidatos que ainda estão realizando prova, e só poderá levar o Caderno de Questões restando 1h (uma hora) para o final da prova.
6. Enquanto estiver realizando a Prova é proibido utilizar materiais de consulta, livros, apostilas, calculadoras, régua, quaisquer equipamentos eletrônicos, chapéus, bonés, e/ou similares, conforme constante no edital de abertura.
7. Sobre sua carteira deverá permanecer somente documento oficial original com foto, caneta de tinta azul ou preta, Caderno de Questões e Folha de Respostas.
8. Você poderá utilizar seu Caderno de Questões para rascunho.
9. Você receberá do Fiscal de Sala a Folha de Respostas definitiva. Confira seus dados e em caso de erro, chame o fiscal. Após conferir, assine no campo destinado. Em hipótese alguma ela será substituída caso o candidato dobre, amasse, rasgue ou molhe. Cuidado, pois esse será o único documento válido para correção.
10. Caso algum equipamento eletrônico emita som, o candidato portador do equipamento será automaticamente eliminado do concurso.
11. Transcreva suas respostas para Folha de Respostas com caneta de tinta azul ou preta. Verifique na Folha de Respostas a forma correta de preenchimento.
12. Questões com mais de uma alternativa assinalada, rasurada ou em branco serão anuladas.
13. Após terminar sua Prova avise o Fiscal, pois ele autorizará a entrega da sua Folha de Respostas e Caderno de Questões, se for o caso.
14. Caso algum candidato seja flagrado na tentativa de fraude, esse será automaticamente eliminado do Concurso, ainda sujeito a processo civil ou criminal.
15. Qualquer questionamento ou dúvidas devem ser feitos em voz alta ao fiscal.
16. Os 03 (três) últimos candidatos deverão sair juntos da sala, após a conferência e lacre do material da sala.
17. Aguarde a autorização do Fiscal para iniciar sua Prova.



-----DESTAQUE AQUI-----

<b>01</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>	<b>07</b>	<b>08</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>	<b>15</b>
<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>22</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>	<b>28</b>	<b>29</b>	<b>30</b>



# Língua Portuguesa

Leia o texto para responder as questões.

A corrida das patinetes

Se 2018 foi o ano em que as patinetes elétricas brotaram nas ruas de São Paulo, em 2019 a moda deve se espalhar pelo Brasil. Até aqui, a startup de bicicletas e patinetes compartilhadas Yellow corre pela denominação do mercado de *e-scooters* contra a Grin, mexicana que chegou ao país comprando a concorrente brasileira Ride e fazendo uma parceria com o aplicativo de entregas Rappi.

Ambas captaram investimentos da ordem de 70 milhões de dólares. O jogo deve ficar mais pesado no ano que vem. As patinetes elétricas da americana Lime, que tem 455 milhões de dólares em investimentos, chegarão ao Brasil em 2019. Na mesma época, o gigante de mobilidade Uber lançará o serviço de bicicletas e patinetes elétricas Jump por aqui, enquanto prepara uma abertura de capital que o avalie em 120 bilhões de dólares. Os números mostram a agitação do mercado de transportes. Há um intervalo de 18 meses entre rodadas de investimentos recebidas pelas startups do setor, ante uma média de 24 meses nos demais segmentos, segundo a empresa de análises CB insights. Já a linha de chegada – o lucro – ainda não está no horizonte.

Disponível em Revista Exame – Edição 1176 – 26/12/2018.

1. **Analise: “Ambas captaram investimentos da ordem de 70 milhões de dólares.” E assinale a alternativa que apresenta o tipo de sujeito dessa oração.**
  - a) Sujeito Simples.
  - b) Sujeito Composto.
  - c) Sujeito Indeterminado.
  - d) Sujeito Oculto.
2. **Assinale a alternativa que apresenta um verbo conjugado no Presente do Indicativo.**
  - a) “Ambas captaram investimentos da ordem de 70 milhões de dólares.”
  - b) “o gigante de mobilidade Uber lançará o serviço de bicicletas e patinetes elétricas Jump por aqui”
  - c) “Os números mostram a agitação do mercado de transportes.”
  - d) “As patinetes elétricas da americana Lime chegarão ao Brasil em 2019.”
3. **Assinale a alternativa que apresenta um advérbio de tempo.**
  - a) “Na mesma época, o gigante de mobilidade Uber lançará o serviço de bicicletas e patinetes elétricas Jump por aqui”
  - b) “Se 2018 foi o ano em que as patinetes elétricas brotaram nas ruas de São Paulo”
  - c) “Já a linha de chegada – o lucro – ainda não está no horizonte.”
  - d) “Há um intervalo de 18 meses entre rodadas de investimentos recebidas pelas startups do setor”
4. **O termo “mexicana” utilizado no primeiro parágrafo retoma qual nome anteriormente mencionado?**
  - a) Ride.
  - b) Yellow.
  - c) Grin.
  - d) Startup.

5. **O texto anuncia também a chegada de mais uma empresa em 2019. Qual é essa empresa de patinetes elétricas?**
  - a) Lime.
  - b) Rappi.
  - c) Yellow.
  - d) Grin.

# Informática Básica

6. **Utilizando o Pacote Microsoft Office 2013, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que representa o comando Ctrl+E no Word (O sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**
  - a) Centralizar o texto selecionado.
  - b) Alinhar texto à esquerda.
  - c) Alinhar texto à direita.
  - d) Abrir um documento.
7. **Utilizando o Pacote Microsoft Office 2013, instalação padrão, português do Brasil, assinale a alternativa que representa o comando Ctrl+; no Excel (O sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**
  - a) Aplica ou remove formatação em negrito.
  - b) Insere a data atual na célula selecionada.
  - c) Exibe a caixa de diálogo Formatar Células.
  - d) Aplica ou remove sublinhado.
8. **Assinale a alternativa que representa um formato de áudio.**
  - a) .SOM
  - b) .SONG
  - c) .MP3
  - d) .MUSIC
9. **Assinale a alternativa que não representa um software.**
  - a) Editor de Texto Office.
  - b) Navegador de Internet.
  - c) Sistema Operacional.
  - d) Hard Disk (HD).
10. **Utilizando o navegador de internet Google Chrome Versão 71.0.3578.98 (Versão oficial) 64 bits, assinale a alternativa que representa o comando Ctrl+p (O sinal de + não faz parte do comando, significa que as teclas devem ser pressionadas simultaneamente).**
  - a) Abrir opções para imprimir a página atual.
  - b) Interromper o carregamento da página.
  - c) Salvar a página da Web atual como um favorito.
  - d) Ativar ou desativar o modo de tela cheia.

## Conhecimentos Gerais

11. De acordo com a Lei Orgânica no Município de Jardim Alegre/PR, Título III Da Administração do Município, Capítulo IV – Dos Servidores Públicos, a respeito do Art. 89, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e, em seguida, assinale a alternativa que apresente a sequência correta.
- ( ) No parágrafo primeiro ressalta-se que a fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará, dentre vários aspectos, os requisitos para investidura no cargo.
- ( ) No parágrafo segundo diz que o Município manterá programa para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção da carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos com órgãos estaduais, federais ou instituições privadas.
- ( ) No parágrafo terceiro, aplica-se aos servidores ocupantes de cargos públicos o disposto no Art. 7º da Constituição Federal, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir.
- a) F – F – F.  
b) V – V – V.  
c) V – V – F.  
d) F – F – V.
12. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jardim Alegre-PR, Título III – Da Administração do Município, Capítulo IV – Dos Servidores Públicos, a respeito do Art. 89, assinale a alternativa correta sobre o que diz o 4º parágrafo.
- a) O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários ou diretores de Departamentos do Município serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- b) O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários ou diretores de Departamentos do Município serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, é permitido o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- c) O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários ou diretores de Departamentos do Município serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, em alguns casos é permitido o acréscimo de gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, quando o membro laborar de maneira única.
- d) O membro do Poder, o detentor de mandato eletivo e os Secretários ou diretores de Departamentos do Município serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, é negociável o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
13. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jardim Alegre-PR, Título III – Da Administração do Município, Capítulo IV – Dos Servidores Públicos, a respeito do Art. 89, quando os Poderes Executivo e Legislativo publicarão os valores dos subsídios e da remuneração dos cargos e empregos públicos? (Disposto no parágrafo 6º)
- a) Diariamente.  
b) Semanalmente.  
c) Mensalmente.  
d) Anualmente.
14. De acordo com a Lei Orgânica do Município de Jardim Alegre-PR, Título III – Da Administração do Município, Capítulo IV – Dos Servidores Públicos, assinale a alternativa que não apresenta um dos direitos do Servidor Público que está disposto no Art. 90, dentre vários.
- a) Salário-família pago em razão do dependente trabalhador de baixa renda nos termos da lei.  
b) Repouso semanal remunerado.  
c) Diferença de vencimentos, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.  
d) Gratificação pelo exercício da função de chefia e assessoramento.
15. Em plebiscito realizado em junho de 2016, os britânicos escolheram deixar um bloco econômico do qual fazia parte. É a primeira vez que um país-membro decide sair desse bloco. De acordo com as regras do bloco, o processo de ruptura deveria durar dois anos. Assinale a alternativa que apresenta a nomenclatura desse bloco mais bem-sucedido de integração política e econômica do planeta.
- a) Mercosul.  
b) União Europeia.  
c) Reino Unido.  
d) Bloco Unido.

## Conhecimentos Específicos

16. Com relação a Lei nº 4.320 de 1964, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.

I. A Lei do Orçamento conterà a discriminação da receita e despesa de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo, obedecidos os princípios de unidade universalidade e anualidade.

II. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, exceto as de operações de crédito autorizadas em lei.

III. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.

IV. Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

- a) V – F – F – F.
- b) F – F – V – V.
- c) V – F – F – V.
- d) V – F – V – V.

17. Ainda sobre a Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que

- a) classificam-se como Despesas de Custeio as dotações para manutenção de serviços anteriormente criados, inclusive as destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens imóveis.
- b) são Receitas Correntes as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o *superávit* do Orçamento Corrente.
- c) são Receitas de Capital as receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em despesas correntes.
- d) são Inversões Financeiras as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

18. A respeito do controle da execução orçamentária (Lei nº 4.320/64), é incorreto afirmar que

- a) além da prestação ou tomada de contas anual, quando instituída em lei, ou por fim de gestão, poderá haver, a qualquer tempo, levantamento, prestação ou tomada de contas de todos os responsáveis por bens ou valores públicos.
- b) o Poder Executivo exercerá os três tipos de controle a que se refere o Art. 75, afastando as atribuições do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.
- c) a contabilidade evidenciará perante a Fazenda Pública a situação de todos quantos, de qualquer modo, arrecadem receitas, efetuem despesas, administrem ou guardem bens a ela pertencentes ou confiados.
- d) todas as operações de que resultem débitos e créditos de natureza financeira, não compreendidas na execução orçamentária, serão também objeto de registro, individualização e controle contábil.

19. De acordo com a Lei nº 8666/93, pode-se afirmar que

- a) subordinam-se ao regime desta Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) podem os agentes públicos estabelecerem tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos.
- c) em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas estrangeiras.
- d) a licitação será sigilosa, não sendo acessíveis ao público os atos de seu procedimento.

20. Ainda sobre licitação, é incorreto dizer que

- a) leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para a venda de bens móveis inservíveis para a administração ou de produtos legalmente apreendidos ou penhorados, ou para a alienação de bens imóveis prevista no Art. 19, a quem oferecer o maior lance, igual ou superior ao valor da avaliação.
- b) as normas de licitações e contratos devem privilegiar o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte na forma da lei.
- c) concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- d) nos processos de licitação, não poderá ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e para serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras.

21. Sobre as causas de dispensa e inexigibilidade da licitação, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.
- I. É dispensável a licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- II. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.
- III. É dispensável a licitação para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal ou, ainda, pelas entidades equivalentes.
- IV. É dispensável a licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.
- a) V – V – F – F.  
b) V – V – V – V.  
c) V – V – F – V.  
d) F – V – F – V.
22. Sobre os contratos administrativos, pode-se afirmar que
- a) os contratos decorrentes de dispensa ou de inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
- b) em nenhum caso poderá ser exigida prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.
- c) os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega nunca admitem prorrogação.
- d) dado o vulto e complexidade da obra ou serviço, é possível a existência de contrato com prazo de vigência indeterminado.
23. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto dizer que
- a) a responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnam riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.
- b) a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, incluindo as duplicidades.
- c) integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, somente para o exercício a que se referirem.
- d) é permitido consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.
24. Ainda sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, é incorreto afirmar que
- a) considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
- b) constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.
- c) o montante previsto para as receitas de operações de crédito poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária.
- d) considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.
25. A respeito da transparência, controle e fiscalização, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que
- a) não será dada divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.
- b) os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de dezembro.
- c) são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.
- d) compete aos Tribunais de Justiça verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão.
26. Com relação ao Título VI da Constituição Federal, que dispõe sobre Tributação e Orçamento, é correto afirmar que
- a) sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.
- b) taxas poderão ter base de cálculo própria de impostos.
- c) cabe à lei ordinária dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- d) o Município, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios.

- 27. Sobre as limitações constitucionais do poder de Tributar, pode-se afirmar que**
- é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
  - pode os entes da federação estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais como, por exemplo, a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público.
  - a lei não poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente.
  - cabe aos entes federados estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
- 28. Com relação aos impostos municipais, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma e assinale a alternativa com a sequência correta.**
- Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana.**
  - O imposto sobre transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo se, nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil.**
  - O imposto sobre a transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição compete ao Município da situação do bem.**
  - Com relação aos impostos sobre serviços de qualquer natureza, cabe à lei complementar fixar as suas alíquotas máximas e mínimas.**
    - V – V – V – F.
    - V – F – F – V.
    - F – V – V – V.
    - V – V – V – V.
- 29. Sobre repartição de receitas tributárias, é incorreto afirmar que**
- pertencem aos Estados e ao Distrito Federal cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o Art. 153, § 4º, III.
  - pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.
  - é vedada a retenção ou qualquer restrição à entrega e ao emprego dos recursos atribuídos, nesta seção, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, neles compreendidos adicionais e acréscimos relativos a impostos.
- 30. Com relação às finanças públicas, pode-se dizer que**
- a Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, incluindo-se na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
  - a Lei Complementar disporá sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública.
  - as emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias poderão ser aprovadas ainda quando incompatíveis com o plano plurianual.
  - os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes não poderão ser utilizados.